

Aposentados

Intensificada atuação pela tramitação da PEC 6/2024

A ANFIP Nacional esteve em agenda na Câmara dos Deputados para ampliar o número de requerimentos que pedem o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006. A proposta prevê a redução da contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas.

•pág 3

XXX CNO

Unidade e fortalecimento marcam a XXX Convenção Nacional Ordinária

Entre os dias 24 e 27 de setembro de 2025, Brasília foi palco da XXX Convenção Nacional da ANFIP, o maior evento político-institucional da Associação. Auditores Fiscais de todo o país debateram o futuro da Entidade, atualizar normas e fortalecer a unidade da categoria.

•pág 6

Eleições

Anunciadas chapas ao Conselho Executivo e candidaturas ao Fiscal

A Mesa Diretora da XXX Convenção Nacional da ANFIP anunciou as duas chapas inscritas para as eleições ao Conselho Executivo e as candidaturas individuais ao Conselho Fiscal. As eleições serão realizadas no período de 3 a 7 de novembro de 2025.

•pág 16

Senado aprova regulamentação da reforma tributária; texto volta para apreciação da Câmara

•pág 6



Aprovada regulamentação da reforma tributária; texto retorna à Câmara

O Plenário do Senado aprovou, dia 30 de setembro, por 51 votos a favor, 10 contrários e 1 abstenção, o substitutivo do senador Eduardo Braga (MDB/AM) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que regulamenta a segunda etapa da reforma tributária sobre consumo. Como sofreu alterações, a proposta volta para análise da Câmara dos Deputados.

O texto aprovado trata da governança, fiscalização e regras do novo sistema tributário, incluindo a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS, e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal. O Comitê será responsável pela arrecadação e distribuição do IBS entre estados e municípios.

Durante a tramitação no Senado, o relator avaliou cerca de 200 novos pedidos de alteração, além das mais de 500 emendas apresentadas anteriormente. Entre as mudanças acatadas estão a atualização do cálculo da alíquota de referência do IBS, a ampliação de isenções para pessoas com deficiência, ajustes na tributação de heranças e a redução de alíquotas para instituições de ciência e tecnologia, bem como novas regras para plataformas digitais e para o chamado imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde.



Apesar das pressões, a emenda nº 523, que buscava conceder status de autoridade fiscal a servidores administrativos e fragilizara a definição de autoridade fiscal no Código Tributário Nacional, não foi aprovada. Já a Emenda 524, do senador Plínio Valério, que suprime a definição de autoridade fiscal introduzida no Código Tributário Nacional, foi acolhida parcialmente, com os devidos ajustes, e circunscrita ao âmbito do IBS, sendo transposta para o próprio corpo do PLP (art. 4º, § 8º).

Atuação da ANFIP – O presidente da ANFIP Nacional, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, e o vice-presidente de Administração, Patrômio, Cadastro e TI, Antonio Carlos Silveira, intensificaram o trabalho parlamentar, contatando os senadores antes do início da votação.

Miguel Nôvo esteve no gabinete do senador Plínio Valério (PSDB-AM), autor das emendas nº 523 e 524. Na reunião, o presidente apresentou aos assessores técnicos responsáveis pela redação das propostas os argumentos para demonstrar que, caso aprovadas, as emendas provocariam grande insegurança jurídica.

Os conselheiros também visitaram o gabinete do relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), e levaram seus posicionamentos aos senadores Izalci Lucas (PL-DF) e Efraim Filho (União-PB). No Salão Azul do Senado Federal, a ANFIP Nacional se uniu às demais entidades representativas dos fiscos federal, estaduais e municipais, que também realizavam trabalho parlamentar.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marta de Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIA
Thatianna Cardoso

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



Determinação e trabalho

ANFIP intensifica atuação pela tramitação da PEC 6/2024

O presidente da ANFIP Nacional, Miguel Nôvo, e o vice-presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação, Antônio Carlos Silveira, estiveram, dia 1º de outubro, na Câmara dos Deputados, em agenda estratégica.

O objetivo foi sensibilizar parlamentares e ampliar o número de requerimentos que pedem o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006. A proposta prevê a redução da contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas, estabelecendo uma isenção progressiva a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres, chegando à isenção total aos 75 anos.

Também estão contemplados aposentados e pensionistas com incapacidade permanente ou



portadores de doenças graves.

Para a ANFIP, a PEC representa um resgate da justiça contributiva e fortalece a economia nacional ao ampliar o poder de compra dos aposentados.

Na mobilização, o presidente da ANFIP percorreu quatro gabinetes parlamentares, reforçando a

importância da assinatura para o avanço da matéria.

A iniciativa integra a atuação permanente da entidade no Congresso Nacional, consolidando a presença da ANFIP nos debates legislativos e reafirmando o compromisso histórico com os servidores públicos.

Imposto de Renda: Aprovação do PL 1087/25 representa primeiro passo rumo à justiça tributária

A ANFIP está acompanhando de perto as discussões sobre a reforma do Imposto de Renda e manifesta sua posição em relação à aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 1087/25, que agora segue para análise no Senado Federal.

O texto aprovado prevê isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, além de desconto também no 13º salário. Para compensar essa mudança, será cobrado um imposto maior sobre rendas anuais acima de R\$ 600 mil, criando um sistema mais equilibrado de tributação conforme a faixa de renda.

Para a ANFIP, essa medida é um avanço importante rumo à justiça tributária, já que reduz o peso dos impostos para trabalhadores de baixa e média renda e corrige distorções que hoje fazem com que parte da população de alta renda pague, proporcionalmente, menos do que os assalariados, que chegam a contribuir, em média, de 9% a 11% sobre seus rendimentos.



Essa mudança é apenas um primeiro passo. É preciso avançar em reformas mais amplas no sistema de arrecadação para tornar os impostos mais justos e garantir recursos para o país sem sobrecarregar quem tem menor poder de compra.

Nesse sentido, a aprovação do PL 1087/25 sinaliza um primeiro passo em direção à construção de um sistema tributário mais justo, mas demanda, do Congresso Nacional e do Executivo, novos esforços para consolidar uma verdadeira reforma da renda, capaz de reduzir desigualdades históricas e fortalecer o pacto social brasileiro.

Justiça fiscal e dívida pública são debatidas em entrevista com representantes da ANFIP

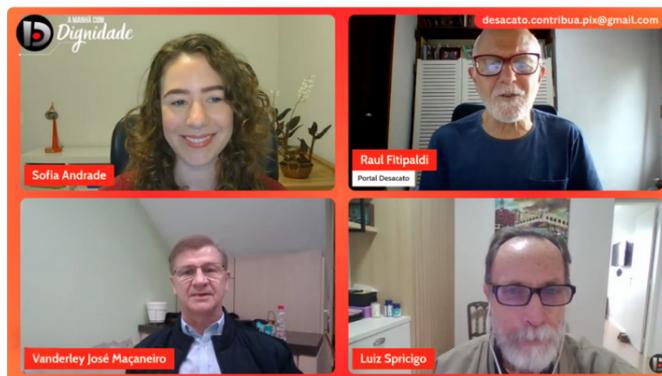
Em entrevista ao Portal Desacato, transmitida dia 2 de outubro e conduzida pelos jornalistas Raul Fitipaldi e Sofia Andrade, o presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social, Vanderley José Maçaneiro, e Luiz Spricigo, da ANFIP de Santa Catarina (ANFIP-SC), avaliaram os avanços e desafios da justiça fiscal no país.

A conversa abordou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de reforma do Imposto de Renda, ocorrida dia 1º de outubro, que amplia a faixa de isenção até R\$ 5 mil por mês e institui tributação mínima efetiva sobre contribuintes de alta renda.

Sobre a aprovação do projeto e sua relevância, Vanderley Maçaneiro destacou: “Parece uma vitória bastante fácil, mas, na verdade, o caminho percorrido é muito árduo. O Estado brasileiro, o governo, principalmente a partir do começo dos anos 2000, está buscando voltar a tributar lucros e dividendos, e todas as vezes que tentou fazer isso não teve sucesso. Porque nesse país manda quem tem dinheiro. Só para que os ouvintes tenham ideia, só existem três países no mundo que não tributam lucros e dividendos: Estônia, Letônia e, mais recentemente, Malta — países sem expressão econômica, sendo Malta considerada hoje um paraíso fiscal”.

Para Maçaneiro, o governo foi muito inteligente em “amarrar” a correção do Imposto de Renda com medidas de compensação que, em sua avaliação, a sociedade rica reclama tanto, mas que são pequenas. “A tributação dos lucros e dividendos, da forma como foi proposta, a partir de R\$ 600 mil, com uma alíquota progressiva de até 20% sobre rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão por ano, ainda é pequena e com várias possibilidades de compensação. Para se ter uma ideia, Espanha e Portugal tributam lucros em 28%, a Alemanha em 26,38%, a França em 34%, o Reino Unido em 39,25%, a Dinamarca em 42%, enquanto nós não tributávamos absolutamente nada desde 1º de janeiro de 1996”, detalhou.

Ele também criticou a tentativa de parte dos parlamentares de tentar ampliar as isenções fiscais: “Na tramitação, a oposição tentou de tudo, embora tenha governado de 2019 a 2022 sem corrigir um centavo do Imposto de Renda. Agora, quis propor isenções maiores. Mas isso faz parte da política. Na minha avaliação, o governo teve uma boa posição, fez uma boa negociação e quem ganha com isso é o povo brasileiro. Quem ganha R\$ 5 mil por mês terá um acréscimo equivalente a um 14º salário ao longo do ano. E, nessa faixa de renda, esse ganho é bastante significativo, porque se transforma em consumo imediato, movimentando



comércio, supermercados, gerando emprego, impostos e fortalecendo a economia.”

Dívida pública – Na sequência, o debate avançou para a questão da dívida pública e da necessidade de maior fiscalização sobre a aplicação dos recursos do país. Luiz Spricigo, da ANFIP-SC, trouxe uma reflexão sobre o peso da dívida no orçamento e a importância da participação social: “A dívida do Brasil, segundo a lei do mercado, influencia sempre os produtos do país. Um terço do orçamento nacional é consumido no pagamento de juros da dívida pública, sobrando dois terços que precisam ser bem aplicados. Mas, na minha visão, não são. Isso acontece porque a população costuma votar e, pouco tempo depois, esquece em quem votou. Falta acompanhamento e cobrança dos representantes eleitos”.

Spricigo ressaltou que falta mobilização social para cuidar do que é coletivo: “Nosso dinheiro precisa ser fiscalizado pela sociedade. Não podemos delegar uma carta em branco aos políticos e esperar apenas dos tribunais de contas ou do Ministério Público a fiscalização, pois não há capacidade suficiente para controlar tudo. É fundamental que a sociedade se envolva.”

Em seguida, ele destacou a relevância da educação e da conscientização cidadã como ferramentas de transformação: “Nossos jovens e adolescentes não são estimulados a se interessar pelo coletivo, apenas pelo individual. Cada cidade deveria criar um observatório social independente dos meios políticos. Os frutos podem demorar 10, 15 ou 20 anos, mas é um começo de transformação. Porém, não basta apenas Lages; é preciso que todas as cidades tenham esse espírito. É isso só acontecerá com a mobilização da sociedade. É uma mudança cultural, que deve começar desde cedo, mudando o pensamento de crianças, jovens, adolescentes e universitários.”

Confira [aqui](#) a entrevista completa, que também contou com outras participações durante a programação.

Brasília sedia XIX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário

Foi realizado nos dias 2 e 3 de outubro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, o XIX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Considerado o maior evento da América Latina voltado à área, o Congresso reuniu especialistas, profissionais do Direito e autoridades para debater os principais desafios e perspectivas do sistema previdenciário brasileiro.

A ANFIP Nacional é apoiadora da iniciativa e foi representada pelo presidente, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, e pelo vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário, Márcio Humberto Gheller.



Destinado a advogados, estudantes e profissionais de diversas áreas, o Congresso tem como objetivo aprofundar conhecimentos em Direito Previdenciário, ampliar conexões acadêmicas e profissionais, compartilhar experiências e fortalecer estratégias de atuação.

Seminário Internacional debate relações de trabalho no serviço público

O presidente da ANFIP Nacional, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, participou do 1º Seminário Internacional Relações de Trabalho no Serviço Público, que aconteceu de 30 de setembro a 1º de outubro, em Brasília.

Nos dois dias do evento, promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), especialistas e autoridades debateram a democratização das relações de trabalho no setor público, com foco em temas como reforma administrativa, processos de negociação e superação das desigualdades.

A abertura foi realizada por representantes do MGI e contou com falas de autoridades que destacaram a importância da retomada do diálogo e da valorização dos servidores.

A ministra Esther Dweck, em participação por vídeo, destacou como desafios a fragmentação dos processos negociais: “Quero agradecer e celebrar este primeiro Seminário Internacional, que é um marco muito positivo para o MGI e para o Governo Federal brasileiro. Que a gente possa fazer essa discussão com outros países e fomentar um debate para construir cada vez melhores políticas de relação de trabalho no serviço público federal.”

O secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso Jr., ressaltou “a alegria de poder abrir o evento que recupera a tradição brasileira de negociação, de democracia não só como valor político, mas também como método de governar.” [...] “Fazer desse processo de administração um processo institucional, voltado



à melhoria e à garantia dos direitos dos servidores, é uma diferença importante que este governo deixa como legado”, destacou José Celso.

Já o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, falou da satisfação de estar realizando este evento. “É um momento rico de trocas de experiências e de valorização da negociação como elemento de democracia.”

Durante a programação, os debates abordaram temas como:

- a transformação do Estado com base no desenvolvimento sustentável;
- institucionalidade dos processos de negociação no serviço público, com experiências internacionais;
- o papel do Estado na superação das desigualdades;
- reforma administrativa voltada a um desenvolvimento inclusivo;
- boas práticas em negociação, com avanços e desafios.

Agenda 2026 está em fase de produção; solicite já o seu exemplar

A **Agenda 2026** já está sendo produzida. Como é feito todos os anos, o material só será enviado para aqueles que manifestarem interesse em recebê-lo até dia **31 de outubro**.

Portanto, se você quer receber a Agenda 2026, clique **aqui** e manifeste seu interesse. Basta preencher os campos solicitados que o pedido será registrado automaticamente. Caso tenha dúvidas, basta entrar em contato com o Cadastro no **cadastro@anfip.org.br**.

A ANFIP ressalta que, como as agendas serão produzidas exatamente de acordo com a demanda, elas serão enviadas somente para aqueles que se manifestarem.



Especial

XXX Convenção Nacional 2025 —

Unidade e fortalecimento marcam a XXX Convenção Nacional da ANFIP

Entre os dias 24 e 27 de setembro de 2025, Brasília foi palco da XXX Convenção Nacional da ANFIP (CNO), o maior evento político-institucional da Associação. Durante quatro dias, Auditores Fiscais de todo o país se reuniram para debater o futuro da Entidade, atualizar normas internas e fortalecer a unidade da categoria.

A programação começou com a reunião preparatória, que alinhou os trabalhos e distribuiu os convencionais nas comissões técnicas. Em seguida, uma sessão solene marcou a abertura oficial, reunindo autoridades da Receita Federal do Brasil, parlamentares e lideranças do serviço público.

Nos dias seguintes, a Convenção contou com instalação da Mesa Diretora, painéis de debates técnicos, lançamento de publicações, atos de fortalecimento institucional e importantes deliberações, como a aprovação das contas da gestão e a homologação das chapas para as eleições nacionais em 2025.

Momentos marcantes também envolveram a entrega de abaixo-assinado à Geap, a apresentação de benefícios dos parceiros, a inauguração de espaços



modernizados na sede da ANFIP, além da tradicional integração entre os participantes, com sorteios de brindes e homenagens.

O encerramento foi marcado por balanço positivo do evento, reafirmação da unidade da categoria e a certeza de que a ANFIP Nacional segue mais forte para enfrentar os desafios futuros.

Nas próximas página, leia, em ordem cronológica, todos os detalhes do evento. Os vídeos completos das palestras e pronunciamentos estão disponíveis no canal da TV ANFIP no Youtube.

24 de Setembro

Presidente presta conta do mandato



Com plenário lotado, foi realizada a reunião preparatória da XXX Convenção Nacional Ordinária. Na pauta, foi debatido e aprovado o Regimento Interno, realizada a distribuição dos convencionais nas comissões técnicas (Reforma e/ou Alteração Estatutária; Propostas, Diretrizes, Moções e Prestação de Contas; e Interesse Público e de Classe), e feita a leitura e aprovação da lista completa dos participantes.

O presidente da ANFIP Nacional, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, apresentou uma prestação de contas parcial do mandato, que completou, em setembro, um ano e nove meses. “Foi um trabalho duro. Tivemos dedicação exclusiva durante esse tempo. Está sendo muito prazeroso. Tenho certeza de que estamos cumprindo nosso dever e o compromisso assumido para o período”, destacou, agradecendo aos parceiros dos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal. “Ainda há muito a ser realizado nos próximos três meses de mandato”, completou.

Segundo o presidente, as principais diretrizes da gestão foram a melhoria da estrutura da Entidade e o foco no associado.

Entre as ações realizadas, Nôvo citou: o **Projeto Sociocultural**, com novo regulamento, maior número de eventos e criação de polos nos estados; o programa **ANFIP do Futuro**, já com adesão de 17 das 19 Estaduais, com expectativa de integração de São Paulo e Rio Grande do Sul; a aprovação do **novo Estatuto**, que permite a

candidatura a cargos nos Conselhos Executivo e Fiscal a associados com mais de 12 meses de filiação; a criação da **Vice-Presidência de Assuntos Aduaneiros**; a ampliação do **mandato** de dois para três anos; e a instituição da categoria de **Associado Contribuinte**, oferecendo nova alternativa de vínculo à Entidade.

O presidente também mencionou a contratação da administradora Allcare, mantendo a operadora Unimed Vitória no **plano de saúde**; a parceria com o Sindifisco Nacional na **campanha salarial**; a realização do **18º Encontro Nacional**, em Fortaleza; a campanha **“Com a ANFIP você vai mais longe”**, voltada a novos filiados e associados que atualizarem seus dados cadastrais; o **Concurso de Contos, Histórias e Poesias**; e as **publicações A Previdência Social e a Economia dos Municípios e Análise da Seguridade Social 2023 e 2024**.

A ANFIP também negocia com a Decipex a emissão da **carteira de identificação** dos aposentados e dará continuidade à **reestruturação** do quadro funcional, visando adequar o número de colaboradores às atividades da Entidade. “Quero dizer que o trabalho vai até o último dia de mandato”, frisou Nôvo.

Integraram a mesa da reunião preparatória: Léa Pereira de Mattos, presidente da ANFIP-DF; Carlos José de Castro, coordenador da Mesa do Conselho de Representantes; Jamile Jabra Malke, coordenadora do Conselho Fiscal; e Vanderley José Maçaneiro, presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social.

Sessão solene de abertura reúne autoridades da RFB



A cerimônia oficial de abertura da XXX CNO contou com a presença do secretário da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas, e reuniu o presidente Miguel Nôvo; a presidente da ANFIP-DF, Léa Mattos; o coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro; a coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke; o presidente da Fundação ANFIP, Vanderley José Maçaneiro; o presidente do Mosap, Edison Haubert; além dos deputados federais Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR) e Erika Kokay (PT/DF).

Um dos momentos marcantes da solenidade foi a execução do Hino Nacional e do Hino da ANFIP pela fanfara do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército Brasileiro, os tradicionais Dragões da Independência, sob a regência do subtenente e mestre de música Robson Santos.

Receita Federal do Brasil presente – O secretário Robinson Barreirinhas ressaltou que, mesmo com a agenda cheia, fez questão de prestigiar a Convenção. “É com imensa honra e profundo respeito que me dirijo a todos neste evento tão significativo. A ANFIP nasceu em 1950 em um Brasil em transformação e, desde então, tem sido uma voz firme e respeitada da categoria, zelando não apenas pelas prerrogativas dos Auditores, mas também pela construção de um país mais justo e inclusivo”.

Ele registrou ainda o reconhecimento institucional: “Representando toda a Receita Federal, os servidores, o governo e o Ministério da Fazenda, destaco a relevância do papel da ANFIP na defesa da justiça fiscal, da cidadania e do futuro do nosso país”.



Barreirinhas também abordou os avanços da reforma tributária e o processo de modernização administrativa da Receita. “Estamos construindo uma instituição mais ágil, moderna, eficiente e transparente, que continuará a ser pilar da cidadania, da justiça e da soberania nacional”.

Por fim, destacou a importância dos aposentados e pensionistas: “Não se constrói uma Receita Federal forte sem respeitar aqueles que a ergueram. Valorizar quem construiu o órgão é valorizar a si mesmo e a sociedade brasileira”.

Consolidação e definição de novos rumos – O presidente Miguel Nôvo ressaltou o caráter democrático e estratégico da Convenção. “Este é um momento de grande significado, um espaço de reflexão, de debate democrático e de definição dos rumos que nortearão a nossa Entidade nos próximos anos”.

Ele também destacou a missão da Associação: “A ANFIP nasceu e se consolidou com uma missão clara: a defesa intransigente das prerrogativas dos Auditores Fiscais. Esse papel precisa ser reconhecido e valorizado, pois a valorização do cargo significa, acima de tudo, a valorização da cidadania, da justiça fiscal e da democracia”.

Marco especial para a Associação – A presidente da ANFIP-DF, Léa Mattos, ressaltou a importância da Convenção em Brasília: “Este é um marco especial, no qual teremos a oportunidade de refletir sobre nossa trajetória, debater com responsabilidade e decidir os rumos da nossa Associação. É o momento de construir, juntos, a ANFIP que desejamos para o futuro”.





Reforma Tributária em pauta – O deputado Luiz Carlos Hauly parabenizou a ANFIP e falou sobre o impacto da reforma tributária. “Levamos mais de 30 anos de debates para mudar um sistema caótico criado em 1965. Agora, o Brasil adota o IVA, totalmente tecnológico, capaz de combater sonegação e evasão. É a maior mudança da ordem econômica da nossa história”.

Ele concluiu destacando a parceria histórica com a Associação: “Desde que cheguei ao Congresso, em 1991, a ANFIP tem sido uma parceira fundamental. Vida longa à Associação”.

Defesa da soberania nacional – A deputada Erika Kokay (PT/DF) defendeu projetos que garantam mais recursos para saúde e educação, criticou a “PEC da Blindagem” e alertou para possíveis tentativas de retomada da reforma administrativa. “Combater a sonegação e assegurar a correta arrecadação tributária é essencial para financiar direitos constitucionais. Direitos não se precificam. O Estado mínimo sempre é para o povo, nunca para a elite”, destacou.

Relevância e trajetória – O presidente do Mosap, Edison Haubert, valorizou a contribuição histórica da ANFIP. “Quero, em nome do Mosap e das entidades que o integram, cumprimentar a ANFIP. Desejo pleno êxito à Convenção, cujos ensinamentos e debates contribuem não apenas para a categoria, mas para toda a sociedade brasileira”.

Foco no associado – O coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro, destacou a relevância dos trabalhos desenvolvidos ao longo da Convenção. “Estamos num momento crucial. As deliberações que realizarmos aqui consolidam as mudanças necessárias para garantir o futuro da nossa



Entidade. O foco do nosso trabalho é o associado, que nos move e fortalece a nossa luta”.

Espaço de decisão – A coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, reforçou a importância das deliberações. “Esta é uma oportunidade única para modernizar nossos instrumentos de governança e fortalecer ainda mais a ANFIP diante dos desafios que se impõem. Que nossos debates sejam pautados pela unidade de propósito, pela transparência e pelo compromisso de aprimorar a representatividade da Associação em todo o país”.

Renúncias fiscais em debate – O presidente da Fundação ANFIP, Vanderley José Maçaneiro, destacou a queda da arrecadação tributária, registrada pela primeira vez em duas décadas, e alertou para o impacto das renúncias fiscais. “As desonerações chegaram a níveis insustentáveis. Em 2023, quase metade da arrecadação da Cofins foi renunciada, beneficiando alguns setores em detrimento de outros”.

Ele defendeu maior mobilização: “A Fundação se coloca à disposição para promover palestras e debates nos estados, ampliando a compreensão da sociedade sobre os efeitos das renúncias”.

Receita Federal deve ser fortalecida – O superintendente-adjunto da 1ª Região Fiscal, Daniel Belmiro Fontes, destacou a necessidade de reforçar a atuação da Receita. “O sistema tributário brasileiro é moderno, mas precisa se reinventar. Nem todo contribuinte é sonegador. O Auditor também orienta, oferecendo o ‘remédio certo’ para cada situação”.

Ao citar o papel da ANFIP, ele destacou a tradição de diálogo da Entidade e a necessidade de modernização para enfrentar os desafios atuais. “O futuro é construído hoje, com unidade e valorização das pessoas”, concluiu.



25 de Setembro

Mesa Diretora conduz trabalhos técnicos

As atividades do dia 25 de setembro começaram com a sessão de instalação da XXX Convenção Nacional Ordinária da ANFIP. Na ocasião, foi eleita a Mesa Diretora, responsável por conduzir os trabalhos da CNO. Assumiram os cargos os seguintes convenccionais:

Coordenador-Geral: Airton Angelo Claudino (AM)

Relator-Geral: Décio Bruno Lopes (MG)

Secretário-Geral: Sérgio Roberto Cotrim Guará (MA)

Secretária de Atas: Maria Inez Rezende Maranhão (GO)

Secretária de Relações Públicas: Dulce Wilennbring de Lima (RS)

Secretária de Divulgação: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (RJ)

O coordenador geral, Airton Claudino, conduziu os trabalhos fazendo prevalecer a “vontade da plenária, que é o órgão máximo de deliberação”. “Asseguro que



iremos fazer cumprir aquilo que foi determinado para esta direção”. Ele também ressaltou a importância da união da ANFIP, reconhecendo os momentos de transição e a necessidade de reinvenção da Entidade.

Homenagem - O plenário prestou homenagem ao colega Luiz Mendes Bezerra, de Pernambuco, falecido em agosto, que ao longo de sua vida dedicou não só trabalho, mas também ânimo e gentileza à ANFIP.

Eleições ANFIP: Escolha da Comissão Eleitoral Nacional

Cumprindo a programação da XXX Convenção Nacional Ordinária, o coordenador da Mesa Diretora, Airton Angelo Claudino, e os demais integrantes do colegiado, conduziram a eleição da Comissão Eleitoral Nacional (CEN), responsável pela condução do processo eleitoral para a escolha dos Conselhos Executivo e Fiscal para o triênio 2026/2028. A eleição acontecerá de 3 e 7 de novembro de 2025, exclusivamente por meio eletrônico.

Como membros titulares, assumiram Luiz Carlos Pinto (AM), Durval Azevedo Sousa (MA), Ercília Leitão Bernardo (CE), Maria Beatriz Fernandes Branco (SP) e Antonio Carlos Silveira (SC). Como suplentes, Léa



Pereira de Mattos (DF), Marluce do Socorro da Silva Soares (PA), Nilza Garutti (SP), Rozinete Bissoli Guerini (ES) e Márcio Humberto Gheller (PR).

Consultor alerta para riscos da reforma administrativa

A reforma administrativa e seus impactos para os servidores públicos foram abordados em palestra do consultor em Políticas Públicas e advogado, Luiz Alberto dos Santos. O especialista fez análise histórica do papel do Estado brasileiro, destacou a importância da Constituição de 1988 e criticou as propostas recentes que, segundo ele, fragilizam a administração pública.

O painel foi mediado pelos vice-presidentes Jorge Cezar Costa (Financeiro) e Márcio Humberto Gheller

(Planejamento e Controle Orçamentário), tendo como debatedor o advogado Felipe Teixeira Vieira, do Escritório Farag, Ferreira e Vieira Advogados.

Luiz Alberto recordou o fundamento constitucional da atuação do Estado. “Temos garantias de direitos, a prestação de serviços universais na saúde, educação, segurança. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem efetivamente um sistema único de saúde universal e gratuito, com cobertura ampla e sem discriminação”, disse. ▶



Ele explicou que, para assegurar esses direitos, é preciso uma estrutura estatal sólida: “O Estado, para cumprir suas funções, precisa estar estruturado. Ele tem que ser sobretudo profissional e transparente, com estruturas administrativas, de pessoal, físicas e tecnológicas robustas.”

Estado mínimo x Estado garantidor - Ao traçar um panorama das reformas desde os anos 1990, o consultor criticou a lógica do chamado “Estado mínimo comprador”: “Foi um movimento iniciado nos Estados Unidos e copiado por países da América Latina, como Brasil e Argentina, em que o Estado passaria a ser apenas um repassador de dinheiro para o setor privado. Isso gerou um Estado frágil, sem efetiva capacidade de atuação, incompatível com a nossa Constituição.”

Sobre a PEC 32, enviada em 2020, ele foi enfático: “Essa proposta concretiza uma abordagem fiscalista em seu nível mais extremo, fortalecendo a terceirização, a precarização do trabalho, criando novos vínculos e desmontando a administração pública. Ela não foi votada em plenário, mas estava pronta para isso em 2022.”

O mito do inchaço do serviço público - Luiz Alberto contestou o discurso de que o Brasil teria excesso de servidores: “São cerca de 12% da força de trabalho no serviço público, enquanto a média da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico] é de 18%, chegando a 30% nos países nórdicos. Não temos inchaço nem excesso de gastos. As distorções salariais existem, mas são pontuais.”

Novo grupo de trabalho na Câmara - O palestrante também criticou a forma como a Câmara dos Deputados vem conduzindo os debates sobre uma nova proposta de reforma: “O grupo de trabalho criado pelo deputado Hugo Motta [presidente da Câmara] restringiu drasticamente a participação das entidades sindicais, dando apenas três minutos de fala em audiências. Isso é um escândalo. Além disso, não apresentou até hoje um texto concreto. O que temos são apenas entrevistas

e falas vagas do relator.”

Super salários e privilégios - Entre os temas levantados, Santos destacou os abusos que extrapolam o teto constitucional: “Um grande contingente de magistrados e membros do Ministério Público vem recebendo há anos parcelas acima de R\$ 60 mil ou R\$ 70 mil líquidos. Há também o caso dos honorários advocatícios da Advocacia-Geral da União, que têm gerado pagamentos de até R\$ 300 mil em um único mês. Isso é insustentável e precisa ser enfrentado.”

Riscos à estabilidade e contratações precárias - Sobre as novas ideias ventiladas em torno da proposta do Grupo de Trabalho da Câmara, Luiz Alberto fez críticas severas: “O relator defende ampliar contratações temporárias. Já temos hoje 26% de servidores temporários na administração pública, chegando a mais de 31% nos municípios. Isso leva à precarização.”

Ele também alertou para a ameaça de supressão de direitos: “Estão propondo demissão por insuficiência de desempenho vinculada a avaliações anuais. O problema é que, historicamente, as gratificações de desempenho foram usadas para romper a paridade, e não para melhorar a gestão.”

Conclusão: fortalecer, não desmontar - Ao encerrar a palestra, Luiz Alberto dos Santos reforçou que o país precisa de mudanças, mas em outra direção: “É necessário, sim, uma reforma, mas uma que assegure o Estado como instrumento da cidadania, que valorize o serviço público, que equilibre eficiência, equidade e transparência. Uma gestão democrática, profissional, com estabilidade e participação social. Precisamos inovar e modernizar, mas sem precarização.”

E finalizou com um alerta: “Não podemos nos enganar com discursos facilitadores. Muitas propostas representam, na prática, um desmonte do Estado. Precisamos estar atentos para não comprometer o futuro dos serviços públicos e dos direitos sociais garantidos pela Constituição.”

Corregedor da RFB destacou papel preventivo da Corregedoria e implicações da LIA



As implicações da Lei de Improbidade Administrativa (LIA) foram tema da palestra ministrada pelo corregedor da Receita Federal do Brasil, Guilherme Bibiani Neto. O Auditor Fiscal comentou a atuação da Corregedoria, destacando tanto os desafios quanto os avanços do órgão no enfrentamento da corrupção e na proteção da instituição.

Para mediar e contribuir com o debate, fizeram parte da mesa os vice-presidentes Adilson da Silva Bastos (Estudos e Assuntos Tributários) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais).

No início de sua fala, Bibiani compartilhou sua trajetória na Receita Federal e a emoção de participar da XXX CNO. “Estou na Receita há muito tempo, entrei em 1993, e sou filho e neto de Auditores fiscais. São Paulo é onde eu fiz a minha carreira, vários colegas aqui já trabalharam comigo. Para mim é um prazer, mais do que isso, é uma honra”, afirmou.

Atuação preventiva – O corregedor explicou que sua gestão tem buscado alterar a lógica da atuação do órgão. “Quero mostrar o que a gente tem feito nesses três anos para migrar a Corregedoria de uma atuação repressiva para uma Corregedoria protetiva e preventiva. A ideia é prevenir o ilícito, dando maior segurança para os colegas. É muito melhor atuar assim do que apenas punir depois do problema instalado”, explicou.

Segundo ele, esse modelo representa benefícios em várias frentes, pois evita que o desvio grave de conduta ocorra: “Você trabalha menos, claro, mas também entrega muito mais para a sociedade. É um ganha-ganha: ganha a sociedade, ganha a instituição, ganha o colega e ganha a Corregedoria, que exerce seu papel com mais tranquilidade.”

Mecanismos de controle – Ao abordar diretamente o tema da improbidade administrativa, Bibiani enfatizou que a corrupção é uma realidade que

precisa ser enfrentada com mecanismos de controle e transparência. “A corrupção existe, é um fato da vida. Ela tem um peso na arrecadação, tem um peso na atividade. Por isso é fundamental atuar preventivamente, tapando as brechas de integridade que os normativos muitas vezes deixam em aberto.”

O corregedor reforçou ainda que a grande maioria dos Auditores Fiscais da RFB atua com ética e dedicação. “Ninguém aqui é criança, a gente sabe que existem problemas de integridade na Receita. Mas eles não são majoritários. A imensa maioria dos colegas são pessoas corretas, trabalhadoras e honestas”, destacou.

Entre os instrumentos de combate à corrupção, ele ressaltou a relevância da investigação patrimonial. “A sindicância patrimonial é tão importante para os Auditores de bem, para a sociedade e para a Receita Federal. Ela permite maior efetividade no combate à corrupção, sem injustiças na análise dos procedimentos fiscais.”

Bibiani lembrou, contudo, que esse trabalho é complexo, sobretudo quando envolve ativos no exterior ou ocultos em novas modalidades, como as criptomoedas. “É difícil você achar esses ativos. Criptomoedas são uma situação complicada, imóveis também, e todos sabemos como ocorre a lavagem de dinheiro em fazendas, por exemplo. Não chega a ser uma prova impossível, mas é um desafio permanente”, explicou.

Independência da Receita – Ao final, o corregedor reforçou a importância da independência da Receita Federal e repudiou qualquer tentativa de ingerência política. “Nenhuma ingerência é desejável. A Receita Federal é órgão de Estado e ponto!”, declarou, recebendo aplausos dos participantes. Ele defendeu, ainda, que a Corregedoria deve ser instrumento de proteção da instituição e da sociedade, fortalecendo a integridade e a confiança no trabalho dos Auditores Fiscais.

Abaixo-assinado entregue à Geap defende melhoria no atendimento aos usuários

Durante a XXX Convenção Nacional, a vice-presidente de Serviços Assistenciais, Margarida Lopes de Araújo, apresentou oficialmente um abaixo-assinado elaborado em conjunto com as Estaduais da entidade. O documento, endereçado ao presidente da Geap, Douglas Figueiredo, solicita a ampliação de convênios da operadora com unidades locais da Unimed, a fim de melhorar o atendimento prestado aos associados em todo o país.

Margarida destacou que os principais problemas enfrentados pelos beneficiários estão relacionados a consultas, exames e internações. Segundo ela, embora a ANFIP consiga intermediar soluções em alguns casos, associados que vivem em cidades do interior encontram maiores dificuldades. “O que pedimos é simples: ampliar os convênios já existentes para garantir uma assistência de qualidade aos nossos associados, muitos deles de longa data usuários da Geap”, afirmou.

O coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro, reforçou que o documento expressa a disposição da ANFIP em colaborar com a operadora na busca por soluções. “Somos usuários frequentes e precisamos de uma atenção mais específica. Este ato é um gesto de parceria, mas também de cobrança por um atendimento aprimorado”, ressaltou.

O presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, apoiou a iniciativa e destacou a importância de alcançar os associados que vivem fora dos grandes centros



urbanos. “É mais fácil a Geap estar presente no interior do que a Unimed. Esse convênio ampliado vai garantir assistência a quem mais precisa, especialmente considerando que nossa base é formada por pessoas com idade mais elevada”, disse.

Representando a Geap, Jefferson Lima recebeu o documento e garantiu que a demanda será encaminhada ainda no mesmo dia ao presidente da operadora. “Estamos abertos ao diálogo e vamos apresentar esse pleito, juntamente com o testemunho dos associados, para buscar alternativas concretas de atendimento”, afirmou.

O ato marcou um passo importante na mobilização da ANFIP e de suas Estaduais para assegurar melhores condições de saúde aos associados e fortalecer a parceria histórica com a GEAP e a Unimed.

Parceiros apresentaram benefícios disponíveis para associados

Como parte da programação, a vice-presidente de Serviços Assistenciais, Margarida Lopes de Araújo, junto aos representantes das entidades parceiras da Associação, apresentaram os diversos benefícios oferecidos aos associados.

Durante os quatro dias, todos os convencionais puderam receber atendimento presencial, personalizado e conhecer de perto os parceiros da ANFIP Nacional, no espaço destinado aos estandes.

Plano de saúde – Solange Costa, da equipe de relacionamento da Allcare, administradora do plano de saúde Unimed Vitória, disponibilizou aos convencionais uma cadeira de massagem e uma ambulância. Outra novidade apresentada é o desconto de 50% na primeira mensalidade das novas adesões, que podem ser feitas pela central de atendimento: 0800 601 1013 ou (11) 3003-9019.

Geap Saúde – O gerente de Relacionamento Nacional da Geap, Jefferson Lima, ao lembrar dos 80 anos da instituição, ressaltou a importância de ampliar a rede prestadora de serviços e de fortalecer o relacionamento com os associados em todos os estados, reforçando o compromisso da Geap em oferecer saúde suplementar de qualidade aos servidores públicos. Ele também lembrou da parceria firmada com a ANFIP para disponibilização de serviços no evento, como o estande institucional e a ambulância de apoio.

Viva Previdência – Com 52 anos de atuação e cerca de 30 mil participantes em todo o país, a gerente de Negócios e Produtos da Viva Previdência, Natália Sales, destacou os resultados positivos de sua gestão. A entidade administra atualmente um patrimônio de R\$ 3 bilhões e mantém a ►



ANFIP como uma de suas principais parceiras. Ela lembrou que o plano Viva Pecúlio, criado inicialmente como benefício destinado a familiares após o falecimento do participante, mais uma vez registrou superávit nos exercícios de 2022, 2023 e 2024. Esse resultado possibilitou a distribuição de benefícios em vida aos segurados. Ela também apresentou o Viva Futuro, novo produto voltado para planejamento financeiro de famílias, filhos e netos.

Jusprev – O vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário, Márcio Gheller, e Thelma Maria Costa, consultora da Jusprev, apresentaram os benefícios da entidade de Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. A parceira oferece aos associados acesso a um plano de previdência exclusivo chamado PlanJus, com vantagens como ausência de taxa de carregamento mensal, taxa de administração anual baixa, gestão participativa e possibilidade de deduzir até 12% do valor investido da base de cálculo do Imposto de Renda.

Cooperforte – O diretor Executivo de Relacionamento da Cooperforte, Mauro Braga, destacou a atuação da cooperativa de crédito, que há 41 anos oferece serviços voltados a servidores públicos e funcionários de bancos federais e estaduais. Com mais de 157 mil associados em todo o país, a Cooperforte administra uma carteira de crédito superior a R\$ 2,4 bilhões e investimentos que somam R\$ 2,7 bilhões. A cooperativa oferece modalidades de crédito consignado com taxas a partir de 1,55% e mantém um clube de benefícios para seus associados.

Odontogroup – A operadora Odontogroup, com 26 anos de atuação no mercado, apresentou as vantagens exclusivas de seus planos odontológicos. A

representante Luciana destacou que, a partir de outubro, os novos contratantes terão carência zero para todos os procedimentos, podendo utilizar imediatamente os serviços. O plano, que custa R\$ 26,90 mensais, cobre cerca de 190 procedimentos em todo o território nacional, incluindo consultas, exames, radiografias, limpezas, próteses e cirurgias.

Durante o evento, a Odontogroup também distribuiu kits de escovação e brindes aos participantes que visitaram seu estande.

Youhuul – O gerente do Clube de Vantagens da ANFIP Youhuul, Jeziel Silva, apresentou as facilidades do programa, que já reúne mais de 2 mil parceiros e 25 mil lojas físicas e on-line. Ele destacou que os associados podem realizar o cadastro diretamente no estande do evento, com auxílio para baixar o aplicativo e começar a aproveitar os descontos. O Clube também oferece suporte humanizado para atender dúvidas e auxiliar os usuários.

Atendimento jurídico – A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Branco, e o advogado Renato Caes, gestor do escritório Farag, Ferreira e Vieira, apresentaram os serviços de atendimento jurídico aos associados e seus familiares. Caes destacou a parceria de mais de dez anos com a Entidade e ressaltou o desconto de 50% de desconto na tabela da OAB em qualquer tipo de ação, incluindo questões previdenciárias, de família ou alimentos. Informou que o escritório atua também em causas como o bônus de eficiência, com resultados relevantes, estando presente em diversos estados além da sede em Brasília. A solicitação de atendimento pode ser enviada automaticamente, por meio de formulário disponível no site da ANFIP.

ANFIP inaugura espaços modernizados em sua sede e apresenta novas Representações Estaduais

O presidente da ANFIP Nacional, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, inaugurou o auditório modernizado da sede da Associação e a nova galeria digital dos presidentes. O espaço, em homenagem aos 75 anos de história da Entidade, foi apresentado durante cerimônia que contou com a presença de associados,

autoridades e convencionais que participam da XXX Convenção Nacional.

Na abertura, Miguel Nôvo explicou a decisão de transferir o evento da programação oficial para a sede da ANFIP. “Por três motivos: primeiro, porque esta casa é nossa, foi construída ao longo de 75 anos. Segundo, para apresentar nossa estrutura aos convencionais de ▶



todo o Brasil. E, terceiro, para inaugurar o novo telão, que abriga a galeria digital dos presidentes.”

O presidente também ressaltou a importância de todo legado da Entidade. “A ANFIP tem um patrimônio material, visível neste prédio e em toda a sua estrutura, mas tem também um patrimônio imaterial. Esse patrimônio é feito pela história, pelas conquistas e pela dedicação de todos que passaram pela Associação.”

Representações estaduais - A solenidade marcou também a apresentação oficial das novas representações da ANFIP em São Paulo e no Rio Grande do Sul, criadas em agosto deste ano. Miguel Nôvo destacou que a iniciativa foi resultado de um longo processo de discussão.

“Planejamos isso por mais de uma década. Nosso objetivo é fortalecer a unidade da Entidade. Hoje, São Paulo e Rio Grande do Sul têm representantes próprios, que dão voz às demandas locais, mas em sintonia com a Nacional.”

Representando o Rio Grande do Sul, o presidente Marville Taffarel reforçou a importância da união da categoria diante dos desafios enfrentados pelos servidores públicos. “O que nos leva a ter uma Associação é a defesa de nossos interesses. Vivemos numa era em que todo mundo é contra o servidor público. Para termos uma Associação forte, precisamos estar unidos. Algumas questões precisam ser superadas em nome da força que queremos ter.”

Já a presidente da Representação de São Paulo, Marinalva Braghini, destacou a relevância histórica da parceria com a Nacional e o esforço em manter o diálogo aberto. “Eu fiquei muito feliz com o convite para presidir a representação. A nossa Associação paulista tem 55 anos de parceria com a ANFIP e não podemos perder isso. Sozinhos é mais difícil. A ANFIP é o nosso guarda-chuva institucional, e vamos continuar tentando trazer todos de volta para essa integração.”

O coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro, fez questão de valorizar a memória de lideranças que marcaram a trajetória da entidade. “Nenhuma história acaba com o tempo. Quem faz a história são as pessoas, com suas contribuições e dedicação. Os nomes e estruturas podem mudar, mas a memória e o legado permanecem vivos.”

Auditório modernizado - Responsável pelo projeto, o vice-presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e TI, Antonio Carlos Silveira, apresentou os detalhes da modernização.

“Foi dada a missão de modernizar este auditório, e hoje temos um painel de LED de alta definição, que abriga a galeria digital dos presidentes. Além disso, adquirimos mesas modulares e cadeiras ergonômicas que permitem flexibilidade para reuniões presenciais e híbridas. O objetivo foi criar um espaço moderno, funcional e à altura da ANFIP.”

ANFIP unida - A coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, parabenizou as representações de São Paulo e do Rio Grande do Sul, assim como a Comissão ANFIP do Futuro, que realizou um trabalho incansável para que as representações pudessem ser criadas. “A ANFIP Nacional está aqui. Está aberta ao diálogo e recebe de braços abertos o Rio Grande do Sul e São Paulo”, disse sobre a possibilidade da adesão das Estaduais ao projeto.

Modernidade como marca da gestão - Encerrando a solenidade, Miguel Nôvo reforçou o compromisso de sua gestão com a modernização da Entidade. “A palavra modernidade esteve presente em todos os momentos do nosso mandato e continuará sendo prioridade. Já estamos trabalhando em novas mudanças, como a transferência do setor Jurídico para o térreo, garantindo acessibilidade, e o lançamento do novo aplicativo da ANFIP. Queremos uma Entidade preparada para o futuro, mas sempre fiel à sua história.”

26 de Setembro

Eleições ANFIP: Anunciadas chapas ao Conselho Executivo e candidaturas ao Conselho Fiscal



A Mesa Diretora da XXX Convenção Nacional da ANFIP anunciou as duas chapas inscritas para as eleições ao Conselho Executivo e as candidaturas individuais ao Conselho Fiscal. As eleições serão realizadas no período de 3 a 7 de novembro de 2025.

Confira a seguir os candidatos:

Chapa 1 – ANFIP de Todos, no Presente e no Futuro

Presidente: Genésio Denardi (SP)

Vice-presidente: Vilson Antonio Romero (RS)

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Marcus Gaudenzi de Faria (SC)

Vice-presidente de Política de Classe e Salarial: Sandra Tereza Paiva Miranda (SP)

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: José Devanir de Oliveira (PR)

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Cícero Viana de Souza (MA)

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Sérgio Augusto Falcão Ibaldo (DF)

Vice-presidente de Cultura Profissional: Vera Lucia Pereira de Almeida (AM)

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Luiz Carlos Correa Braga (RS)

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (RJ)

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Márcio Nunes de Resende (DF)

Vice-presidente de Assuntos Aduaneiros: Maria Geralda Vítor (MG)

Vice-presidente de Administração: Paulo José Vieira da Silva (ES)

Vice-presidente de Orçamento e Finanças: Paulo de Freitas Radtke (PR)

Vice-presidente de Comunicação Social: Paulo Correia de Melo (PE)

Vice-presidente de Relações Públicas e Interassociativas: Valdenice Seixas Elvas (AM)

Suplentes:

Eduardo Tanaka (Sul)

Sérgio Aurélio Veloso Diniz (Sudeste)

Isabel Nascimento Elias Pereira (Centro-Oeste)

José Agnaldo Santos Raiol (Nordeste)

Eni Paizanti de Laia (Norte)

Chapa 2 – Ação e Evolução

Presidente: Carlos José de Castro (GO)

Vice-presidente Executivo: Miguel Arcanjo Simas Nôvo (AM)

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Maria Aparecida Andrade Maia (CE)

Vice-presidente de Política de Classe e Salarial: Maria Inês Borges Ávila (RS)

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Cássio José de Oliveira (MG)

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Wanderson Dias Ferreira (ES)

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Lucimar Ramos de Lima Ramalho (PB)

Vice-presidente de Cultura Profissional: Jamile Jabra Malke (SP)

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Margarida Lopes de Araújo (SP)

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Maria Dorimar de Almeida Souza (BA)

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Adilson da Silva Bastos (RJ)

Vice-presidente de Assuntos Aduaneiros: Luiz Gonçalves Bomtempo (DF)

Vice-presidente de Administração: Luíz Spricigo (SC)

Vice-presidente de Orçamento e Finanças: Daniel de Assis (PR)

Vice-presidente de Comunicação Social: Albenize Gatto Cerqueira (PA)

Vice-presidente de Relações Públicas e Interassociativas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (RN)

Suplentes:

Vanderley José Maçaneiro (Sul)
Décio Bruno Lopes (Sudeste)
Ana Pereira Leite (Centro Oeste)
Jones Trajano de Melo (Nordeste)
André Luiz Spagnuolo Andrade (Norte)

Conselho Fiscal

Gilberto Lazzarotto de Oliveira (SC)
João Cunha da Silva (SC)
Antonio Carlos Silveira (SC)
Ariovaldo Cirelo (SP)

Gilson Fernando Ferreira de Menezes (CE)
Ataor José Almeida (SP)
Gilberto Pereira (DF)



Jurídico apresenta informações sobre as ações em andamento



Durante o terceiro dia do evento, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e a equipe jurídica da Entidade apresentaram um panorama atualizado das principais ações de interesse dos associados.

Beatriz Branco destacou a emoção de encerrar seu mandato após seis anos à frente da área jurídica da Associação. “Me dediquei muito para que as coisas acontecessem e, com certeza, aconteceram, com a colaboração dos nossos pares que estão todos os dias, incansavelmente, defendendo e atendendo todos nós. Obrigada pela confiança!”, afirmou.

O gerente do Setor Jurídico, Rodrigo Cartafina, e os advogados Diego Costa, Camila Rodrigues e Alice Souza detalharam a situação de processos em andamento, entre eles Gifinha, Gifa, GDAT, 3,17%, Gefa e anuênio.

Gifinha – A chamada “Gifinha” se refere à cobrança de valores relativos ao período de julho a novembro de 2004, não contemplados no mandado de segurança da Gifa. Segundo a equipe jurídica, os cálculos já estão avançados e os valores médios chegam a R\$ 50 mil por beneficiário, em grande parte via Requisições de Pequeno Valor (RPVs), o que deve permitir pagamentos já a partir de 2025. Foi informado ainda que será necessária nova assembleia para homologação do acordo, devido à definição dos honorários devidos à advogada que ajuizou a ação.

Gifa – A Gifa já resultou em acordos para quase três mil associados, com pagamentos em andamento. Atualmente, está em curso a fase de acordos para sucessores, que deverão

assinar um único termo. Algumas pendências relacionadas a abate-teto e litispendência estão sendo tratadas junto à Procuradoria da União, e os pagamentos devem ocorrer a partir da inscrição de precatórios até 20 de dezembro, com expectativa de recebimento no exercício de 2027.

GDAT – Quanto à GDAT, a equipe informou que as liberações estão em ritmo acelerado após ajustes no cronograma inicial. Muitos beneficiários já receberam, e as pendências restantes estão ligadas a exigências bancárias, que vêm sendo solucionadas diretamente pelo Setor Jurídico junto às instituições financeiras.

3,17% – Sobre a ação dos 3,17%, foi esclarecido que grande parte já recebeu os valores. Aqueles que ainda não receberam (inclusive muitos com precatórios bloqueados) deverão aguardar o julgamento de uma Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal, que versa sobre juros moratórios. A ANFIP está pleiteando, ao menos, o pagamento da parte incontroversa.

28,86% – No caso dos 28,86%, os precatórios que foram inscritos e pagos em 2021, estão recebendo os termos de acordo com deságio de 10%. A expectativa é que esses valores sejam desbloqueados e pagos até o início do próximo ano. Sobre os precatórios inscritos neste ano de 2025, após acordo com o INSS, serão pagos em 2026.

O Setor Jurídico reforçou que segue trabalhando de forma contínua para garantir que todos os associados tenham acesso às informações atualizadas sobre seus processos e destacou a importância de que os dirigentes estaduais repassem essas informações em suas bases.

Nova edição da Análise da Seguridade Social reforça papel da ANFIP no debate público

A XXX Convenção Nacional Ordinária também foi marcada pelo lançamento da 25ª edição do livro *Análise da Seguridade Social 2024*.

A publicação, já consolidada como referência no acompanhamento das contas sociais do país, foi apresentada em painel mediado pela vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix, e pela vice-presidente de Política de Classe e Salarial, Maria Inês Borges Ávila.

O conteúdo foi detalhado pelo vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Wanderson Dias Ferreira, e pelo presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social, Vanderley José Maçaneiro.

Tereza Liduína abriu o painel ressaltando a relevância da obra para a sociedade e para a história da Associação. “Estamos lançando uma publicação importante não só para a ANFIP, mas para toda a sociedade. São informações técnicas elaboradas por Auditores Fiscais, com apoio do consultor Flávio Tonelli, que ajudam a compreender o tripé da Seguridade Social – assistência, previdência e saúde – instituído pela Constituição de 1988. É motivo de orgulho para nós, Auditores Fiscais”, afirmou.

Além de Vanderley Maçaneiro e Wanderson Ferreira, participaram da revisão da obra os associados Décio Bruno Lopes e Rosana Escudeiro de Almeida.



Compêndio de dados - Para Wanderson Ferreira, a *Análise da Seguridade Social* se consolidou como um “compêndio de dados rastreáveis” de fontes oficiais. “Nosso objetivo é transformar informações altamente técnicas em linguagem que possa ser absorvida por diversos públicos. A obra mostra que a ANFIP não se restringe à arrecadação, mas atua no debate público com responsabilidade e proposta de valor”, destacou.

Novidades da edição 2024 - Entre os destaques da nova edição, Ferreira apontou a inclusão de um capítulo especial pelos 35 anos do SUS e a análise do

impacto do novo marco fiscal. Segundo ele, houve aumento dos recursos destinados a programas sociais e ao pagamento de benefícios atrasados.

“Em 2024, a Seguridade arrecadou R\$ 1,3 trilhão, crescimento de 15% sobre o ano anterior. No entanto, as renúncias fiscais chegaram a R\$ 290 bilhões, valores que deixam de financiar políticas sociais”, alertou.

O dirigente também destacou o efeito positivo do Bolsa Família e do Auxílio Brasil na redução da pobreza. “Esses benefícios representam consumo direto, especialmente em pequenos municípios, enquanto quase R\$ 950 bilhões foram destinados apenas ao pagamento de juros em 2024. É preciso comparar essas realidades”, afirmou.



Mercado de trabalho - Vanderley Maçaneiro apresentou dados relevantes da nova edição e fez importantes reflexões sobre a economia e o financiamento da Seguridade Social.

Segundo ele, apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) ter crescido nos últimos anos, a recuperação ainda não significa avanço estrutural. “Em 2022 éramos o 11º, em 2024 fomos o 9º colocado, recuperamos posições que tínhamos perdido para a Rússia e para o Canadá. Mas, apesar desse crescimento, se pegarmos o PIB brasileiro de 2024, é praticamente igual ao PIB de 2012. Então estamos, pelo menos, há 12 anos com uma economia que, na verdade, é a mesma. Voltou a crescer porque caiu bastante em 2016, 2017. Isso, obviamente, sacrificou muito os recursos da Seguridade”, explicou.

Ao falar sobre o mercado de trabalho, ele chamou atenção para a baixa remuneração da maioria da população. “Noventa por cento dos trabalhadores brasileiros recebem uma remuneração inferior a três salários mínimos. São dados do que a gente chamava de RAIS, agora eSocial. E isso porque ainda houve uma melhora nos últimos dois, três anos. O salário médio no Brasil é baixo. Então, obviamente, isso tem reflexo direto na economia e no financiamento da Seguridade Social”.

Maçaneiro também comparou a distribuição de recursos entre benefícios sociais e pagamento de juros da dívida. “Se olharmos os benefícios previdenciários e assistenciais, eles somam R\$ 1,3 trilhão em 2024. É um valor bastante expressivo, que vai para ‘consumo na veia’. Já a despesa com juros nominais do país somou R\$ 950 bilhões. São R\$ 1,3 trilhão distribuídos para mais de 60 milhões de pessoas e R\$ 950 bilhões de juros para alguns clãs familiares. É sempre importante ponderar isso. O nosso gasto com benefícios é expressivo, mas tem reflexos concretos na economia, principalmente nos pequenos municípios. Por isso, também recomendo a leitura do nosso livro recentemente publicado A Previdência Social e a Economia dos Municípios, que mostra o impacto desses benefícios em cada região”.

SUS e distorções no financiamento da saúde

- Outro ponto enfatizado por Maçaneiro foi a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) para a renda líquida das famílias brasileiras.

“Imagine um cidadão que ganha R\$ 3.600. Se não tivesse acesso ao SUS, essa renda líquida cairia muito, porque ele teria que pagar por consultas, exames e medicamentos. E sabemos que, para quem tem pouca renda, o preventivo não existe — ele só vai quando precisa do corretivo. O SUS trouxe muitos avanços, mas também tivemos retrocessos”.

Entre os problemas, ele destacou o impacto das emendas parlamentares impositivas no orçamento da saúde.

“Hoje já são mais de R\$ 50 bilhões. Algumas são impositivas: o deputado é obrigado a gastar 50% daquele valor com saúde. À primeira vista parece positivo, mas é um gasto que não faz parte de um planejamento estratégico nacional. Muitas vezes o recurso vai para municípios com maior peso eleitoral, não necessariamente para os que mais precisam. Além disso, essas emendas estão indo pouco para o custeio, como contratação de profissionais, e muito para obras que rendem



visibilidade política. Esse desvirtuamento causa distúrbios no financiamento da saúde”.

Gastos tributários sob escrutínio - Além das reflexões econômicas, o painel também debateu o crescimento dos chamados gastos tributários — renúncias fiscais que afetam diretamente o financiamento da Seguridade.

“Somente na contribuição previdenciária, esses valores saltaram de R\$ 61,2 bilhões em 2018 para R\$ 94 bilhões em 2024. Antes de pensar em reduzir benefícios já mínimos, precisamos revisar a qualidade dessas renúncias”, argumentou Wanderson Ferreira.

Ele lembrou ainda que órgãos como o TCU e o Congresso têm reforçado a necessidade de maior controle sobre novas concessões e de acompanhamento rigoroso dos resultados obtidos.

Desafios para o futuro - O painel encerrou com uma análise dos principais desafios para garantir a sustentabilidade da Seguridade Social. Entre eles, a regulamentação da reforma tributária, o crescimento econômico, a formalização do mercado de trabalho e a melhoria qualitativa dos empregos.

“Nos momentos em que o Brasil cresceu, a Seguridade conseguiu ser sustentável. Para termos um sistema forte, precisamos de uma economia em expansão, de postos de trabalho formais e de uma tributação justa. Esses são os pilares para assegurar saúde, previdência e assistência para as próximas gerações”, concluiu Wanderson Ferreira.

Patrícia Tavares leva participantes a uma “viagem pela história”

“Apertem os cintos que vamos iniciar uma viagem pela história!”. Foi com essa frase que a escritora e Auditora Fiscal Patrícia Tavares abriu sua palestra. Mediado pelas vice-presidentes Marluce do Socorro Soares (Comunicação Social) e Rita de Cássia Cavalcanti Couto (Relações Públicas), o encontro levou os participantes a refletirem sobre o significado do ato de viajar e a importância de enxergar o mundo com um

olhar mais atento e respeitoso.

Paulista, formada em Química pela Unicamp, mestre e doutoranda em Físico-Química, Patrícia Tavares é chefe do Escritório de Pesquisa e Investigação de São Paulo e tem longa trajetória no Fisco. Mas é sua paixão por história e viagens que tem inspirado seus projetos mais recentes. “Sou uma pessoa curiosa e apaixonada por descobertas”, contou. “Todo lugar ▶



tem uma história. A diferença está no olhar de quem passa por ele.”

Autora do livro “A História pelas Lentes de uma Viajante”, lançado em 2025, Patrícia Tavares compartilhou relatos de experiências em quase 150 países que visitou. Ela também divulga suas histórias no blog “Pati pelo Mundo” e em seu perfil no Instagram. “A ideia do livro é registrar a história através do meu olhar de viajante. Este é apenas o primeiro volume, porque eu pretendo continuar viajando muito e escrevendo. É um projeto de longo prazo”, afirmou.

Entre conselhos práticos e reflexões, a palestrante destacou a importância de estudar o destino antes da viagem: “É importante estudar um pouquinho porque isso influencia, inclusive, na hora de arrumar a nossa mala. Viajar é muito mais que mudar de lugar, é mudar de perspectiva”. Para ela, o viajante precisa ter curiosidade e humildade: “Nós somos visitantes

naquele espaço. Temos que respeitar os valores e tradições de cada povo, chegar com o coração aberto”.

Tavares também compartilhou episódios pessoais, lembrando sua trajetória pelo Brasil. “Eu tenho orgulho de dizer que conheço o país de Oiapoque ao Chuí, de ponta a ponta”, disse, arrancando aplausos. Em tom descontraído, acrescentou uma curiosidade sobre seu estilo de explorar o mundo: “Eu não repito países”.

“É transformar o modo como enxergamos o ato de viajar, seja para a gente cruzar o oceano ou apenas a rua da esquina”, ressaltou, ao destacar a importância do olhar histórico, atento, curioso e também respeitoso durante cada viagem.

Ao final, deixou uma provocação ao público: “O que é um olhar de viajante? O que seria esse olhar de turista? Muitas vezes passamos pelo mesmo lugar todos os dias e não reparamos. Já o turista olha com mais calma, mais curiosidade. Esse é o olhar que eu quero despertar”.

27 de Setembro

Plenária aprova prestação de contas da atual gestão

A terceira sessão plenária deliberativa, que aconteceu no dia 27 de setembro, sob a condução do coordenador da Mesa Diretora, Airton Angelo Claudino, aprovou a prestação de contas do Conselho Executivo, gestão 2024/2025, após analisar o relatório apresentado pela Comissão Técnica de Análise e Prestação de Contas. Foram 96,8% de votos favoráveis, 2,1 contrário e 1,1% de abstenções.

Os convencionais também aprovaram os relatórios das Comissões de Reforma e/ou Alteração Estatutária e de Interesse Público e de Classe, bem como o relatório geral da XXX Convenção Nacional Ordinária.



Ex-conselheira da ANFIP é homenageada por sua trajetória



Como parte da programação do último dia da XXX Convenção Nacional, a associada e ex-conselheira Maria Oneyde Santos foi homenageada em reconhecimento à sua trajetória de dedicação à Entidade.

A assessora da Presidência, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, destacou a importância da homenageada: “Maria Oneyde nos contou que esta Convenção seria a última em que participaria como convencional, embora pretenda continuar vindo e assistindo a todos os nossos eventos. Oneyde sempre teve intensa participação na vida social associativa. Entre 1989 e 1995, esteve no Conselho Executivo da ANFIP, na Vice-Presidência de Administração. Quem aqui nunca ouviu falar do famoso ‘sopão da Oneyde’, um jantar que ela organizava para os conselheiros. Esse instinto maternal mantinha todos unidos. Ela marcou positivamente sua atuação na Entidade. Em nome de toda esta assembleia, agradecemos, com gratidão e carinho, pela sua presença e história com a ANFIP.”

O presidente Miguel Nôvo também prestou sua homenagem e relembrou o início da convivência com a colega: “Na primeira Convenção em que participei como candidato ao Conselho Executivo, a Oneyde também concorria. Disputamos a mesma vaga e fizemos campanhas respeitadas. Desde então, sempre nos respeitamos, nos admiramos e nos tornamos grandes amigos. Oneyde, você mora no meu coração.”



Representando o estado do Pará, Albenize Gatto Cerqueira ressaltou a força da ex-conselheira: “Falar de Maria Oneyde Santos é falar em fortaleza, dedicação, integração e disciplina. Ela cobra, mas cobra com propósito. Esta homenagem é mais que merecida. Receba nosso abraço, nosso carinho e o voto de muitos anos de vida para continuar entre nós.”

A homenagem foi concluída com a entrega de um buquê de flores feita por sua conterrânea Marluce Socorro da Silva Soares, vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP Nacional.

Muito emocionada, Maria Oneyde agradeceu: “Não consigo falar muito neste momento, mas quero dizer que a ANFIP é minha vida também.”

Confira os ganhadores dos brindes sorteados durante o evento

Os participantes da XXX CNO tiveram a oportunidade de concorrer a diversos brindes oferecidos pelas empresas parceiras da Associação e pela própria ANFIP. Os sorteios animaram a programação e garantiram momentos de integração

entre os convencionais.

Confira os ganhadores:

- **Bolsa de viagem (Cooperforte):** Sérgio Roberto Cotrim Guará (MA)
- **Viseira (Cooperforte):** João Eudes da Silva (PR) ▶

- **Fone de ouvido JBL (Allcare):** Rita de Cássia Teixeira Cardoso (CE)
- **Alexa (Jusprev):** Ercília Leitão Bernardo (CE)
- **Smartphone (ANFIP Nacional):** Dirce Leme de Menezes (SP)
- **Tablets – exclusivo para autores de teses (ANFIP):**
 - Floriano José Martins (SC)
 - Gilberto Pereira (DF)
 - Wilson Antonio Romero (RS)
- **Adega de vinhos (Youhuul):** Rita de Cássia Felicetti (DF)
- **Notebook (ANFIP):** Maria Alba de Carvalho (RN)
- **Tablet (ANFIP):** Maria Dorimar de Oliveira Souza (BA)
- **Livros da autora Patrícia Tavares (“A História pelas Lentes de uma Viajante”):**
 - Tânia Maria Garcia (RS)
 - Eni Paizanti de Laia (RO)
 - José Carlos Rêgo Moraes (TO)
 - Robson Guedes Lassarot (RJ)
 - Severino Felipe da Silva (PB)
 - Vanderley José Maçaneiro (SC)

XXX CNO é concluída com balanço positivo e perspectivas para o futuro



A XXX Convenção Nacional da ANFIP chegou ao fim em 27 de setembro, em Brasília, após quatro dias de intensos debates, trocas de experiências e construção coletiva em torno do futuro da Associação. O encontro, marcado pelo espírito de diálogo, reafirmou o compromisso da Entidade com a valorização do serviço público e a defesa intransigente dos associados.

O presidente Miguel Nôvo ressaltou a grandeza do evento e das decisões para o futuro da Entidade: “Chegamos ao final dessa XXX Convenção Nacional, um encontro marcado pelo diálogo, debate, reflexão e pela reafirmação do nosso compromisso com a defesa da carreira de Auditor Fiscal e o fortalecimento da nossa Entidade. Mostramos que somos capazes de debater ideias com respeito, construir propostas com responsabilidade e projetar o futuro com determinação e unidade. Saímos daqui mais fortes, mais unidos e mais confiantes de que juntos podemos enfrentar os desafios que se apresentam, sempre guiados pela ética, pela solidariedade e pela defesa intransigente de nossa categoria.”

Também na ocasião, o dirigente destacou o papel das equipes de apoio. “Nada disso seria possível sem a dedicação incansável da Comissão Organizadora e de todos os colaboradores. Foram meses de trabalho árduo e comprometido, que resultaram em um evento grandioso, à altura da importância da nossa Associação”, afirmou.

Miguel Nôvo ainda destacou a relevância da participação dos associados: “Cada contribuição

apresentada pelos convenccionais reforça a missão da ANFIP Nacional. Esse engajamento coletivo mostra que estamos preparados para os novos desafios e que, unidos, podemos alcançar ainda mais conquistas para a nossa categoria e para o serviço público.”

Construção coletiva - No mesmo sentido, o coordenador da Mesa Diretora, Airton Angelo Claudino, falou da importância da colaboração entre os participantes para o êxito da Convenção: “A colaboração de todos os colegas foi fundamental. Dentro da ANFIP eu me encontro, porque vejo muitos de vocês que são exatamente como eu sou: pessoas dedicadas, sempre aprendendo e focadas em construir soluções para o futuro da nossa Associação.”

Esperanças renovadas - Representando os convenccionais, Marinalva Braghini reforçou o sentimento de gratidão e a importância da participação coletiva. “É com muita alegria que represento cada um dos presentes nesta XXX Convenção Nacional da ANFIP. Este evento nos proporcionou aprendizados, reflexões e emoções que renovam nossa esperança e nossa força para continuar.”

Braghini concluiu homenageando a organização do evento: “Parabenizo a Diretoria pelo belo trabalho e agradeço a cada participante, palestrante e organizador que fizeram desta Convenção um sucesso e mais um marco na nossa trajetória.”

A cobertura completa da programação está disponível no [site da Entidade](#), na [TV ANFIP](#) e nas redes sociais: [Instagram](#) e [Facebook](#).



**COM A ANFIP
VOCÊ VAI + LONGE**

**ASSOCIE-SE
OU
ATUALIZE**
seus dados e concorra

Fale com a ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos
ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local -
atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
You Huul: 0800 932 0000 - Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às
20h, de segunda a sábado, exceto feriados)
Geap: 0800 728 8300

 **ANFIP**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

 ANFIP

 ANFIP

 ANFIP